

Seminário FESPSP

“Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 4 - Ciberpolítica e Cibercultura

**Democracia Eletrônica: Como a Internet pode contribuir contra a crise da
Democracia Representativa**

Gabriel Paolillo Pace¹

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Resumo: A partir de uma breve revisão dos motivos para o que se considera hoje uma crise de representatividade da democracia, o presente trabalho procura analisar como a Internet pode se encaixar em algumas das condições para a participação política propostas por Willson Gomes (2005) e, com isso, sanar alguns dos problemas do governo representativo. Ao final, exemplifica-se a possibilidade de participação política na Internet com algumas experiências online e como a cultura política, principalmente de grupos que já se mobilizam em contexto off-line, é fundamental neste processo.

Palavras-chave: democracia eletrônica; ciberpolítica; participação; internet;

¹ Pós-graduando em Mídia, Política e Sociedade pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP. Endereço de e-mail: gabrielpacee@gmail.com.

Introdução

Passadas cerca de três décadas da popularização da internet e do desenvolvimento de redes globais de comunicação, possibilitadas pela emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), vemos gerações que já nasceram digitais e alguns dos prognósticos de ciberentusiasmados (GOMES, 2005) e de analistas mais críticos se tornarem realidade ou caírem por terra.

Independente de uma postura totalmente a favor ou um pouco mais cuidadosa em relação à adoção da internet e das redes para uma comunicação global, a verdade é que hoje em dia a internet não pode mais "ser destacada do contexto mais amplo da vida das pessoas, como se constituísse um mundo virtual paralelo ou à parte do fluxo das atividades cotidianas, [...] mas deve ser entendida como suplemento às interações face a face" (MAIA, 2001, p. 71). Por isso, não podemos destacá-la completamente de qualquer análise que se possa fazer da sociedade contemporânea e é, ainda, a obrigação de qualquer tentativa de se propor novas formas de interação política e de aprimoramento democrático levar em conta as diversas possibilidades que podem ser trazidas pelo uso da internet.

Assim, o presente trabalho procurará repassar por alguns dos motivos da crise de representatividade da democracia e procurará trazer também algumas análises de como pode funcionar uma "democracia eletrônica" (LÉVY, 1999) para resolver esses problemas da democracia representativa. Se as vantagens da internet para a participação política são inegáveis, alguns analistas preferiram colocar desde cedo problematizações acerca das barreiras digitais e do alto potencial de controle da rede, que também devem ser mencionadas.

Além disso, deverá ser trazida à tona na sequência algumas das experiências políticas consideradas inovadoras no cenário da América Latina e apontamentos sobre o perfil dos participantes de manifestações online e off-line, questão que é colocada como essencial para compreender as interações políticas na rede e suas potencialidades.

Contexto de emergências das TICs: a crise da democracia representativa

As diversas manifestações de ineficácia da democracia representativa e o desencantamento de cidadãos com a política, representados em sua forma mais aparente em movimentos de massa no mundo todo, são questões de extrema importância para a sociedade atual. A política tradicional, que era vista como parte da solução e que fazia parte da busca de consensos e respostas, passou a ser vista como parte do problema, justamente pela obsolescência da lógica de delegar (SUBIRATS, 2012).

E o que faz essa crise ter imensa relação com as TICs é o fato de que "o surgimento da internet em seu formato Web acontece quase contemporaneamente ao estabelecimento de uma inflexão extremamente desencantada e crítica sobre as possibilidades democráticas dos meios de massa" (GOMES, 2005, p. 6). A complexidade que a "sociedade da informação" (CASTELLS, 2009) e moderna impôs, com seu nível de informação, a velocidade rápida das mudanças, a supressão da noção de espaço-tempo que antes tínhamos, bem como a globalização crescente do mercado e do poder econômico, é inversamente contrária à insistência das instituições políticas e do poder político em seguirem enclausurados no território e no tempo.

Assim, "a reserva de legitimidade da democracia vai se esgotando, justamente quando sua aparente hegemonia como 'único' sistema viável e aceitável de governo parece maior do que nunca" (SUBIRATS, 2012, p. 27), ou quando alguns analistas começavam a propor o "fim da história" ou o alcance de uma maneira madura de organizar a política. Sintoma disso é que:

O uso e o abuso do vocábulo [democracia], sua aparente imunidade, converte-o numa questão redundante, e o define cada vez menos politicamente. A verdade é que, se tratarmos de recuperar seu sentido primeiro e complexo, a democracia e seu pleno exercício não é precisamente algo que possa ser assumido por esse enorme conjunto de atores e instituições de forma pacífica e sem contradições (SUBIRATS, 2012. p. 27).

E como resultado e sintoma dessa crise de representatividade, que vai sendo alimentada em um sentido cíclico, vemos, de maneira unicamente exemplificativa,

não extensiva: a apatia dos eleitores, a ausência de efetividade da cidadania, o desinteresse público na vida política, a informação política distorcida ou excessivamente dependente dos meios de massa, o baixo capital político da esfera civil, a desconexão entre sociedade política e esfera civil, a ausência do mais elementar sentido de soberania popular, a desconfiança generalizada com respeito à sociedade política, a falta de cultura política na forma de conhecimento e interesse políticos (GOMES, 2005).

Das manifestações no Brasil a favor do impedimento da presidente Dilma Rousseff aos protestos violentos na Praça Maidan na Ucrânia, algumas características podem ser vistas em comum. A principal delas é a péssima imagem pública da sociedade política perante os manifestantes, que não raro dizem estar lutando "contra tudo que está aí", mas também não podemos deixar de lado o fracasso dos meios de comunicação. As indústrias da informação e da cultura de massa, que ainda faziam parte de um fluxo de informação com vetor unidirecional, não alcançaram as expectativas para a extensão das possibilidades da participação democrática, e deixaram cada vez mais aparente sua relação predatória com os mercados consumidores e sua vinculação e uso para uma pauta política própria.

Além da influência da comunicação em massa para a baixa participação democrática, podemos destacar também as sucessivas ondas de profissionalização da função política, que, segundo Gomes (2005), contribuíram para gerar uma sensação de ineficácia da ação política do cidadão comum e para arruinar certas condições de participação cívica na política.

Apesar de todos estes sintomas da crise de representatividade, podemos considerar que a resposta para a arena política segue sendo a democracia, mas "uma democracia que recupere o sentido transformador, igualitário e participativo como já foi há um tempo" (SUBIRATS, 2012, p. 30) e que supere o debate sobre a democracia participativa e sua relação com a democracia representativa. Para isso, a internet e o ciberespaço podem contribuir em grande escala, visto que:

A ciberdemocracia é uma das perspectivas em discussão defendida por diversos autores como a possibilidade de governança mundial, de instauração de um Estado transparente, no qual o uso das tecnologias de informação e de comunicação possibilitaria a ampliação da participação dos cidadãos a partir dos fóruns de deliberação (SEGURADO, 2012, p. 328).

Democracia eletrônica: como a rede pode ajudar e prejudicar a participação política

A emergência da internet, em momento de pleno desencantamento com a política tradicional e ceticismo quanto à possibilidade de instituições políticas e mercado responderem às necessidades dos cidadãos, elevou o entusiasmo de sociedade civil e atores políticos em relação a novos modelos de participação política. Parte deste entusiasmo, argumenta Maia (2011), baseia-se fortemente nas características da nova comunicação digital, "descentralizada, horizontal, imediata, de baixo custo e que poderia atingir simultaneamente a inúmeros usuários" (MAIA, 2011, p. 68), características que antes não estavam ao alcance dos cidadãos em uma dinâmica de comunicação em massa.

Desse modo, "é inegável o potencial democrático da internet, considerando que nenhum outro meio de comunicação amplia as possibilidades de acesso como as oferecidas pela rede, [que viabiliza] a configuração de uma esfera pública interconectada" (SEGURADO, 2012, p. 325), que transcenda as fronteiras territoriais baseadas nos estados-nacionais e estejam em maior conformidade com a dinâmica global. Neste espaço, as práticas dos cibernautas têm tendência a privilegiar modos transversais de relação e a fluidez das estruturas, e "repousam sobre a representação e a delegação, enquanto as possibilidades técnicas do ciberespaço tornariam facilmente praticáveis formas inéditas de democracia direta em grande escala" (LÉVY, 1999, p. 195).

Joan Subirats (2012), em análise das limitações da democracia representativa para a sociedade global, também acrescenta que "a extensão e generalização da internet e da hiperconectividade que dela decorre, permite, entre outras muitas coisas, repensar de novo o velho tema da democracia direta (SUBIRATS, 2012, p. 31) e propõe também uma vontade de reproduzir em movimentos políticos off-line características inerentes ao mundo online, como a horizontalidade, a agregação, o compartilhamento e a busca de adequação de diferentes perspectivas em nós comuns.

Entretanto, para que o uso e a dinâmica da participação pela internet não se mantenham somente como "caricaturas da democracia eletrônica" (LEVY, 1999, p. 186), ou propaguem relações de poder já existentes na arena das instituições

políticas, deve-se levar em conta algumas condições e requisitos para a participação democrática dos cidadãos, seja online ou off-line.

Com esse objetivo, Wilson Gomes (2005) enumera as condições para participação política dos cidadãos de acordo com suas naturezas cognitiva, cultural ou instrumental. As condições de natureza cognitiva estão relacionadas a um volume adequado de informação e conhecimento político estrutural e circunstancial, "que nos instrua sobre a natureza do Estado e da sociedade política, seus instrumentos e processos, e que nos aparelhem para formar uma opinião suficientemente qualificada" (GOMES, 2005, p. 6). Como vimos, os meios de comunicação em massa não puderam cumprir este papel fornecendo informações não-distorcidas e relevantes para a formação política dos cidadãos, sendo excessivamente moldados por seus interesses políticos próprios e pelo mercado.

Ao falar sobre as condições de natureza cultural, Wilson Gomes (2005) diz respeito aos significados e valores socialmente compartilhados, mais complicados de mudar a curto prazo, mesmo que não sejam fixos. Faz parte desses valores socialmente compartilhados a noção de profissionalização da vida política, que muitas vezes mantém afastados os cidadãos de debates e deliberações, no aguardo de informações qualificadas e digeridas por atravessadores como os jornalistas.

E em último lugar, as condições de natureza instrumental dizem respeito principalmente aos "meios e modos destinados a assegurar as oportunidades de participação política" (GOMES, 2005, p. 6). Podemos exemplificar, neste caso, o acesso fácil aos debates públicos e ao exercício de contraposições argumentativas, a participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão e a interação da esfera civil com seus representantes para prestação de contas.

Pensando nestas condições colocadas para a participação democrática, a internet traz diversas vantagens, principalmente se a pensarmos como um meio não acometido pelos mesmos déficits antidemocráticos que os instrumentos de comunicação em massa, como o fluxo multidirecional, a produção e distribuição da informação a baixo custo e a potencialidade de atingir um público extenso de maneira imediata. Tais características foram aproveitadas primeiramente pelos candidatos, depois pelas instituições e agentes do Estado e dos seus poderes, para

depois alcançarem atores da sociedade civil em suas interações (GOMES, 2005, p. 11).

Entre as vantagens comumente citadas como incremento da democracia, podemos listar a superação dos limites de tempo e espaço para a participação pública; a extensão e qualidade do estoque de informações online; comodidade, conforto, conveniência, custo; a facilidade e extensão de acesso; a falta de filtros e controles diretos; a facilidade de interatividade e interação; a oportunidade de dar voz para atores minoritários ou excluídos; fiscalização de entes e serviços públicos; a criação de novos meios para divulgação mais abrangente da informação pública e a construção de uma nova esfera pública para o debate (AMARAL, 2010; GOMES, 2005; MAIA, 2008). De maneira geral, a utilização integral dessas vantagens para a participação democrática pode, acima de tudo, contribuir para modificar a cultura política ao "recompor a sensação de efetividade da esfera civil e produzir um sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e ações" (GOMES, 2005, p. 13), mesmo diante de grupos excluídos e que não detêm a chance de se fazer presente na esfera de visibilidade pública predominante.

Assim, podemos de alguma maneira nos aproximar do conceito de "democracia eletrônica" proposto por Pierre Lévy (1999) e não só de suas caricaturas que mantêm as mesmas interações tradicionais:

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LEVY, 1999, p. 186).

Na mesma medida, o "governo eletrônico" (PINHO, IGLESIAS e SOUZA, 2005) poderia incrementar a democracia ao fazer uso:

dos recursos tecnológicos relacionados à informação e comunicação, também promover ativamente a democracia via internet, por meio da divulgação de informações públicas, da facilitação do acesso aos serviços públicos e da abertura de canais para a participação efetiva dos cidadãos no processo deliberativo (AMARAL, 2010, p. 112).

Por outro lado, podemos também analisar algumas das dificuldades trazidas com o ciberespaço para a participação democrática. É importante destacar que as críticas de alguns analistas não são diretamente voltadas à internet e à rede em sua estrutura, mas sim à retórica de alguns "ciberentusiasmados" da academia e do jornalismo, que enxergavam a internet como uma ferramenta que fosse trazer naturalmente o amansamento da crise de representatividade da democracia.

Entre as principais críticas, que podem ser confirmadas hoje, depois de algumas gerações conectadas, estão as relacionadas ao que podemos chamar de barreira digital e às repetições de interações problemáticas off-line para o ambiente online. A ideia de barreira digital diz respeito às novas assimetrias criadas entre cidadãos ou mesmo as injustiças sociais já existentes que foram ampliadas com a noção dual de plugados e não plugados (MAIA, 2011, p. 68). Com a exclusão digital, tendiam a se confirmar algumas exclusões políticas, sociais, econômicas e regionais já existentes e já muito marcadas entre cidadãos de diferentes classes (LEVY, 1999). Além disso, algumas instituições tenderam a modelar e a utilizar as TICs e suas características mais democratizantes para reforçar suas posições de poder, transpondo somente para o ambiente online suas posições políticas e tendências pró-mercado (SUBIRATS, 2012).

Assim como coloca as vantagens democráticas da internet, Wilson Gomes (2005) também exemplifica algumas das questões problemáticas colocadas por uma gama de autores e analistas. Além das dificuldades já mencionadas, como a desigualdade de acesso, que torna ainda mais graves algumas desigualdades de oportunidade política, e a continuação da predominância dos meios de massa como fornecedores prioritários de informação política relevante, e a consequente replicação de um fluxo unidirecional de comunicação, o autor revê outras questões.

Em relação à informação política e à formação de opinião pública, é questionada a qualidade da informação ao alcance dos internautas. Ainda que fontes alternativas possam produzir com muito mais facilidade as informações, instituições e organismos da sociedade civil, agentes do campo político como o Estado, grandes veículos de comunicação, ou seja, indivíduos privados com interesses políticos, são os principais produtores de conteúdo. Por mais que uma gama de diferentes produtores contribua para a formação de uma opinião mais

consistente, é necessário sempre haver uma curadoria da informação disponível para chegar em opiniões políticas com credibilidade e confiabilidade (GOMES, 2005).

Ao pensar na cultura política, a ideia de alguns dos críticos é que de a simples oferta de ferramentas tecnológicas para participação não traria diretamente uma interação mais orgânica com as instituições. "A oferta de informação política deve corresponder a existência de um real e significativo interesse político na esfera civil", considera Gomes (2005, p. 23), ainda mais se considerarmos que o sistema político atual continua fechado e restrito à "caricaturas de democracia eletrônica", como conta Lévy (1999).

Além disso, os últimos anos e as últimas descobertas de atuação dos Estados policiais relacionadas ao Wikileaks e ao vazamento de dinâmicas de controle colocadas à tona por Snowden deixam claras algumas preocupações em relação à liberdade e ao controle da internet por Estados e instituições políticas. Tanto em relação ao monitoramento contínuo de um enorme número de cidadãos de diversas partes do mundo, quanto em relação ao refúgio seguro e próspero que o mundo online pode significar para racistas, xenófobos e ultraconservadores (GOMES, 2005, p. 26), fica claro que a internet pode servir à democracia, mas também a seu contrário, a governos autoritários, a ferramentas de controle, a anônimos discursando ódio.

Por fim, o que todos estes autores e vozes têm em comum é a noção de o ciberespaço e os recursos tecnológicos representam interações de agentes sociais reais, "estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças" (GOMES, 2005, p. 28). Por isso, "os suportes técnicos não têm importância a não ser na medida em que eles condicionam as práticas da comunicação" (LEVY, 1999, p. 193), não podendo ser tomados como salvadores da democracia ou barreiras à participação política por si mesmos, mas como ferramentas a serviço de agentes políticos com interesses políticos.

Experiências na rede e as condições para a participação política

Como vimos anteriormente, a participação democrática pode ser facilitada pela rede por conta de suas características mais descentralizadas. Prova disso é a grande quantidade de softwares, plataformas, ferramentas e sites de governos, instituições de ensino e atores da sociedade civil com o objetivo de aprimorar a participação cidadã em processos de tomada de decisão, de prestação de contas e outros processos decisivos para a arena política.

Nenhuma dessas experiências podem ser consideradas completas ou integrais em relação à obtenção de seus objetivos, deixando claro que "a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia que a internet contém" (GOMES, 2005, p. 29). Entretanto, nos últimos anos, principalmente com a popularização do acesso à internet móvel, temos alguns exemplos de experiências democráticas ou cidadãs que podem se encaixar nas condições para a participação política mencionadas por Wilson Gomes (2005).

Antes de tudo, é importante destacar algumas noções de que "os que são alcançados pelos recursos democráticos da internet são os mesmos que já se encontravam engajados no processo político antes da rede mundial de computadores" (AMARAL, 2010, p. 114). Em sua pesquisa e análise sobre o perfil do internauta que se relaciona com política, Marcelo Amaral (2010) chega à conclusão de que os principais usuários da internet são aqueles de maior poder aquisitivo e com maior nível de instrução, e que "aqueles com maior nível de educação formal têm buscado com mais frequência os serviços e informações relacionados ao governo eletrônico" (AMARAL, 2010, p. 119). Esta noção se aproxima da ideia que "as pessoas com alto grau de atuação em organizações off-line são também ativas online" (MAIA, 2011, p. 74).

Podemos considerar que ambas as análises que chegaram a essa conclusão, de Rousiley Maia (2011) e de Marcelo Amaral (2010), tenham ficado obsoletas com o passar dos últimos anos, ainda mais se pensarmos em como as mudanças relativas às TICs acontecem rapidamente. Na realidade, de acordo com as últimas

pesquisas disponíveis do Comitê Gestor da Internet (CGI)² sobre os indicadores de utilização das TIC, de 2014, o perfil do internauta e dos cidadãos que procuram iniciativas de governo eletrônico não mudou tanto nos últimos anos.

A grande maioria dos pesquisados que compartilhou conteúdo na internet, com textos, imagens ou vídeos, e usou a internet para procurar informações sobre produtos e serviços ainda é pertencente a uma classe com educação superior. Cerca de 88% dos pesquisados com formação superior procuraram informações e serviços, enquanto apenas 39% dos que têm formação até o Ensino Fundamental usaram a rede para o mesmo objetivo. A mesma proporção continua para atividades como realizar algum serviço público, como emitir documentos pela internet, com 49% para os com formação superior e 7% para os com Ensino Fundamental.

O mesmo se repete para a série que classifica a renda familiar. Perguntados sobre a realização de algum serviço público pela internet, 52% dos que têm mais de 10 salários mínimos como renda responderam afirmativamente, enquanto o extrato da população entre 1 e 2 salários mínimos tem apenas 14%. Para o compartilhamento de conteúdo criado pelo usuário, a diferença diminui de maneira considerável, mas ainda favorável aos mais ricos. Entre a porção com mais de 10 salários mínimos, 48% já utilizou a internet para este fim, enquanto 32% da porção entre 1 e 2 salários mínimos o fez.

Estes números são importantes para termos uma noção do perfil dos internautas e seus usos da internet, ainda que não nos forneça uma análise aprofundada em relação à participação com experiências políticas na rede, já que cada internauta pode participar de diversas experiências simultaneamente e por não termos acesso a uma pesquisa neste nível de detalhe até o momento. Mesmo assim, ao compararmos com algumas delimitações de perfis de grandes manifestações política, como as de 2013, que significaram uma grande mudança na participação política off-line e online no Brasil, podemos dar mais corpo à ideia de que os internautas que se manifestam politicamente têm um perfil similar aos manifestantes que saem às ruas em protestos off-line de grande escala.

²Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>.

De acordo com pesquisa do Ibope de 2013³, a maior parte (49%) dos manifestantes do dia 20 de junho de 2013 - considerado o terceiro grande dia do ato contra o aumento das tarifas e talvez o momento de dispersão das pautas iniciais - tinha o colegial completo ou o ensino superior iniciado, enquanto 43% já tinha o superior completo e apenas 8% tinha até o colegial iniciado. É interessante observar que, segundo a mesma pesquisa, 62% dos manifestantes disseram ter conhecimento da manifestação daquele dia por meio do Facebook e 75% utilizaram alguma rede social para convocar mais pessoas, o que nos dá uma ideia da articulação da internet e das redes para movimentações e interações políticas off-line.

A delimitação deste perfil de atuação política nas redes deixa claro a articulação da internet para movimentos sociais já existentes off-line e como precisamos estender a noção de participação para todos os extratos da população, principalmente em um país desigual como o nosso e que passa também por um momento de desencantamento da política representativa. Para isso, algumas experiências já existentes na rede podem ser conjugadas ou aprimoradas para alcançarmos uma participação plena, de acordo com as condições de natureza cognitiva, cultural e instrumental (GOMES, 2005).

Experiências que podem instruir cidadãos sobre a natureza do Estado e da sociedade, que atuam dentro da natureza cognitiva da participação política, ou algumas oportunidades de participação que podem ser reforçadas por meio de plataformas online são importantes para integrar cidadãos à política. Podemos destacar, respectivamente nestes casos, ferramentas de *fact-checking* como o AosFatos.org ou o Mosaico Orçamento, proposto pela FGV, ou então plataformas como o Portal e-Cidadania do Senado Federal Brasileiro ou o DemocracyOS.

No entanto, a natureza cultural da participação política, em relação à própria cultura política, é a principal questão para o caso de quisermos superar a crise de representatividade. Não esperando aqui esgotar o debate acerca da cultura política, é importante que esta questão seja trazida à tona, principalmente se conhecendo o perfil daqueles que já participam ativamente da política, online e off-line.

³Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>.

Para isso, usaremos o conceito de cultura política de José Álvaro Moisés, aqui definido por:

"uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos - como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional - que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública (...) e que têm longa duração no tempo" (MOISÉS, 2006, pp. 16).

Tendo isso em mente, é possível argumentarmos que já faz parte da cultura política dos cidadãos brasileiros a ideia de participação política. Seja no caso dos que participam ativamente dela off-line e replicam esta participação no contexto online, seja no caso dos cidadãos que pensam delegar todo o tipo de participação política a outros que consideram mais politizados ou participativos.

O perigo dessa desigualdade de cultura de participação política na população, com uma minoria que participa ativamente em diversos contextos, é a instrumentalização da participação da outra parcela por grupos já politizados, sejam eles bem ou mal intencionados. O que significa que as experiências online que tomam conta da natureza cultural da participação política, e aqui podemos elencar o LAB.Rio ou o Colab.re, nada adiantam para o aprimoramento da democracia representativa, se todos os cidadãos não tiverem em sua cultura política a ideia de participação como fundamental para o processo democrático.

Sem dúvidas, as experiências existentes de tentativa de democracia eletrônica não poderão resolver por si mesmas os problemas de déficit democrático ou desencantamento com a política, mas são exemplos de como a internet e outras mídias digitais "têm facilitado a organização de redes com estruturas flexíveis, redes que se formam através de amplas coalizões com vínculos horizontais e conexões entre elementos autônomos diversos" (MAIA, 2011, p. 74), principalmente para afastá-las do controle de organizações políticas mais antigas e tradicionais, que normalmente têm sua atuação online subordinada à rotinas e relações de poder pré-existentes.

Considerações finais

Se é inegável a possibilidade que a comunicação digital traz para a participação democrática, com a sustentação de campanhas políticas de diversos atores, a formação de grandes redes de protesto em escala global, a relação mais direta e imediata com os representantes da sociedade, não podemos também deixar de lado, como vimos, a necessidade de estender a todos os cidadãos o acesso e a participação em uma democracia eletrônica.

Uma das grandes vantagens da internet é o poder de amplificar vozes de sujeitos marginalizados ou sustentar contra discursos, em oposição a uma voz unificada dos grandes veículos de comunicação em massa. Só por esse motivo, a internet já sai na frente como uma ferramenta que pode permitir uma participação integral dos cidadãos para além da democracia representativa, que funciona por meio da delegação de funções e vive hoje totalmente desencantada. Por isso, “colocar a inteligência coletiva no posto de comando é escolher de novo a democracia, reatualizá-la por meio da exploração das potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação” (LEVY, 1999, p. 192) e investir nela como a maneira mais completa de resolver a crise de representatividade que hoje a atinge.

Entretanto, “não seria possível, apenas com o provimento de acesso aos recursos computacionais, viabilizar a participação política efetiva daqueles indivíduos tão fortemente excluídos da pública – social e economicamente” (AMARAL, 2010, p. 115), como no caso trabalhado na última seção deste trabalho. Considerando as oportunidades e o papel do suporte técnico que a internet representa, é necessário pensar e promover uma cultura política de participação, que possa ser trabalhada online e off-line, por meio de diferentes softwares e plataformas, como as mencionadas na última seção, mas não somente estas, para alcançar os plenos potenciais de democracia eletrônica em diversas arenas da vida política.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Marcelo. Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista, n. 9, p. 109-124, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Alianza Editorial, Madrid, p. 50 a 67, 2009.

GALLOWAY, Alexander. Qual o potencial da rede?. **Cidadania e Redes Digitais**. Comitê Gestor da Internet: Maracá - Educação e Tecnologias, 1ª edição, São Paulo, 2010.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço, a cidade e a democracia eletrônica. **Cibercultura**. Editora 34, São Paulo, 1999.

MAIA, Rousiley C. M. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. MAIA, R. C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, F. P. J. A. (org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2011.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Logos**, v. 14, Rio de Janeiro, p. 43-62, 2008.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada - A Internet como Ferramenta de Engajamento Político-Democrático**. Juruá Editora, Curitiba, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira**. XX Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. IPSA, Fukuoka, 2006.

PINHO, J. A. G.; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. Governo Eletrônico, Transparência, Accountability e Participação: o que Portais de Governos Estaduais no Brasil Mostram. **XXIX-ENANPAD**. Brasília, 2005.

SEGURADO, Rosemary. O Marco Civil da Internet. JUNQUIERA, Luciano A. P. (org.). **Gestão Social: mobilizações e conexões**. ENANPEGS, vol. VI, São Paulo, 2012.

SUBIRATS, Joan. Outra sociedade, outra democracia?. JUNQUIERA, Luciano A. P. (org.). **Gestão Social: mobilizações e conexões**. ENANPEGS, vol. VI, São Paulo, 2012.

EXPERIÊNCIAS DA REDE LISTADAS

Aos Fatos: <http://aosfatos.org/>

Mosaico Orçamentário - FGV: http://dapp.fgv.br/mosaico/mosaic_f/2014

DemocracyOS.org: <http://democracyos.org/>

Portal e-Cidadania: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania>

LAB.Rio: www.labrio.cc/index.html#projects

Colab.Re: <http://www.colab.re/>